

ASSOCIAÇÃO DAS COMUNIDADES INDÍGENAS DO BAIXO RIO NEGRO = A C I B R N

ATA DA APROVAÇÃO DA 2ª ASSEMBLÉIA GERAL DO ACIBRN

Nos dias 21 a 22 do mês de Outubro de 1990, as 9:30 hs da manhã tivemos a apresentação de tradições culturais das lideranças presentes. Isso aconteceu assim que as autoridades presenciaram no local de encontro, juntamente com o povo, assim que terminou a apresentação obtivemos a hasteamento da Bandeira, e em seguida entramos para iniciarmos a Assembléia da Diretoria da ACIBRN. O nosso objetivo em geral é sobre a demarcação da terra com área de uma forma contínua, onde realmente está conhecido como uma área militar "Gleba militar" dentro disso garantir os DIREITOS DOS INDÍOS, com a sua garantia própria de uma vida melhor para o presente e para o futuro. Dentro dessa Assembléia tive presença de: ACITRUT, UNIDI, FOIRM, e, como autoridades Dr. Felisberto Luna-ana, (advogado), Marcio Meira (antropólogo), Dra. Eliane (jornalista), Dr. Szi o (representante da IBAMA), Dna. Alice (EMATER- AM), Sr. Gilberto (representante da Empresa turistico) e autoridades militares de São Gabriel da Baía.

JUSTIFICATIVA Na abertura tivemos a apresentação de Sr. Alberto Paillan, for- cia presidente da ACIBRN, o mesmo deu as boas vindas aos autoridades e aos povos onde falou os assuntos relativos do presente para serem garantidos. Juntamente com a união na presença das autoridades; isso foi no decorrer das 10:28 hs, prestou a palavra ao Sr. Brás de Oliveira frange presidente da FOIRM onde deu a propositiva abertura, iniciando profundamente os assuntos de ridos que vem afetar dentro do área indígenas. Nós estamos aqui para reivin- dicar o que ante não conhecíamos que são os nossos direitos pela demarca- ção das terras por que desde de 500 anos atrás quando essa terra foi chamado Bra- sil, não tivemos amparos e vitórias em coisa alguma. Penhoras eu e como um de vós eu tenho a liberdade de primeiro ouvir perante a Lei branca; mais po- der-me-ia ser preso, mais aqui autoridades somos nós e aqui ninguém nos im- pede de falar a verdade. É aqui que estamos sendo massacrados obtivemos mais discriminação dentro da nossa área quando foi criado um Decreto Lei nº 21.8- 59 de 22 de Março de 1988, no qual surgiu o poder militar chamada GLEBA MILI- TAR onde esta sendo mais infundido com as populações Indígenas do Baixo Rio- Negro. Queremos tomar posição de que faremos tudo para lutar e conquistar- nos o direito. O povo indígena se organizem para reivindicar seus direitos- democraticamente para não sermos a esquerda do Governo, não queremos que se- repita no Rio Negro a tragédia de Roraima, no momento precisamos valer a- CONSTITUIÇÃO. Nós estamos para discutir os problemas da Gleba Militar e que- remos o esclarecimentos os quais se beneficiaria e que vai trazer para as po- pulações indígenas, onde o assunto ficou como uma coisa imposta, por isso a ACIBRN solicitou um levantamento Antropológico da região do Baixo Rio Negro' ( Marcio Meira).

DEPOIMENTOS PESSOAIS - Quero dizer que sejam conscientiza- dos para evitar a comercialização de maior quantidade de animais, no mesmo - podem caçar e pescar somente para comer isso nunca foi proibido e nunca será e creio que irão decidir pelo melhor de todos. disse o representante da IBAMA.

A- Leio uma mensagem de fé e de luta pelos direitos dos índios na qual solidi- to o respeito à organização e como bom a terra indígenas.- concluiu o capitão de São Pedro.- Eu reclamo a invasão dos brancos pois nos tempos antigos o ín- dio vivia tranquilo e tinha tudo o que precisava e, nesses tempos quando eu rgio o branco invasor todo mundou, agora é difícil até mesmo de se organizar aqui pedimos ao governo a terra como se fôssemos estrangeiro de outra terra- " a terra é nossa ela é a nossa mãe, onde vivemos, criamos e morremos" disse o capitão de Jupati. - eu denuncie a invasão na terra Indígenas assim como a ocupação dos militares sem nenhuma indenização, porque nós não temos guerra co- mo brancos têm, se dizendo a segurança Nacional e eu acho isso uma forma de- injustiça para favorecer grupos econômicos. falou o Sr. Luis Zente Fonseca.

continuação...

Quero dizer aos brancos que nos deixem em paz solicitamos ao governo uma urgente a demarcação das terras indígenas que é nesse onde cultivamos para garantir nossa vida cotidiana. disse o Sr. Antônio Agostinho da Silva. - Condição disse o Sr. Gregório Correia, precisamos mesmos garantir as nossas terras onde adquirimos todos os recursos para a nossa sobrevivência e não dar para os brancos o que temos. No início dá tarde prosseguimos- Desejo plenos sucessos no vosso trabalho lembro que na época da revolução esta área passou a ser de segurança nacional que exigiu a presença dos militares para cumprir o previsto da Constituição e quanto a IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente, os representantes são de provindentes do sul do país que vem impôr seu programa de trabalho sem conhecer a realidade da cultura do povo indígena. Confirmou o Sr. Borja França. - Não aceitamos a área de segurança nacional por que não entendemos o que significa e, por isso queremos a exploração de o por que o exército é segurança nacional que ocupa na terra indígena pois nós precisamos esse tipo de segurança e, ninguém é estrangeiros e nem indígenas. declarou o Sr. Leonildo Pereira. Na verdade nós não sabíamos sobre esse assunto e a que vocês estão expondo na nossa frente, ao contrário nós somos da equipe médica onde atendemos a comunidade das comunidades e, nós viemos representar o comandante Coronel Cel. Torres do 5º BEF para ouvir a vossa reivindicação que é de uma forma muito correta, na verdade nós damos a assistência médica nas comunidades do Alto Rio Negro e não no Baixo Rio Negro porque não está no nosso alcance na realidade quem pode dar assistência são da equipe médica de Santa Isabel. disse o Ten. Claudio. - Devemos nos unir para reivindicar o nosso direito mesmo de terra onde vivemos e concretizar o que sabemos de ouvir sobre a assistência médica onde nós precisamos muito de remédio, a parafarmácia de Santa Isabel não dá remédio e é um lugar de pequena assistência privada, se dependermos de Santa Isabel então não precisamos que a nossa terra seja de segurança nacional, não precisa do exército. reclamou o Sr. Porfírio. - Nos tempos antigos não existiam misturas de brancos e somente viviam o povo índio e agora estamos misturados sem poder distinguir o real da raça, portanto nós pedimos ao governo nos reconheça pois como povos índios e queremos a nossa terra. explicou o Sr. José Marcelino. - Os brancos sabem que existe a Lei que protege o índio mais eles não o respeitam. confirmou o capitão Caamiro Fonseca. - Sem terra o índio não vive portanto - queremos que o governo reconheça e de sua imediata demarcação de terra aos índios disse o professor José Maria. - Sem terra ninguém faz nada e estamos exigindo o que é nosso, a vida e o nosso direito como povo oriundo desta região. declarou o Sr. Tarcísio Moreira (ASITHUT). - Realmente estamos preocupados com a presença dos brancos na nossa terra, por motivo desta queremos que o governo retire - que a nossa terra onde é nosso viver de dia-a-dia, onde possuímos e estamos a riqueza para sobrevivermos desta vida sofrida com a presença dos brancos e exércitos que querem tomar o que é nosso. por isso devemos seguir uma só caminho da de promover o bem das nossas comunidades ribeirinhas existentes no Baixo Rio Negro dentro da área militar. disse o Sr. José Lopes. - Nós queremos a única demarcação de terra em forma de área contínua onde possa estabelecer a todos os povos da região Baixo Rio Negro. falou o Sr. Alcides Sacramento dos Santos. No dia seguinte estivemos mais esclarecimentos sobre o problema da causa indígena dentro da Lei Constitucional de como é reconhecidos sua área onde são respeitada e garantida ao favor do direito de índio conforme sua terra demarcada. Mantivemos ainda o conselho real do antropólogo e seu trabalho dentro da área indígenas do Baixo Rio Negro onde abrange a gleba militar. e quando foi pela parte da tarde estivemos a nossa conclusão. **CONCLUSÃO** - Todos nós unidos das aldeias que estão dentro da Gleba Militar decidimos a dizer perante o poder público e Autoridade locais e nacionais decidimos assim: **QUEREMOS A DEMARCAÇÃO DA ÁREA INDÍGENAS DO BAIXO RIO NEGRO, QUEREMOS REIVINDICAÇÃO DOS Nossos DIREITOS DE TERRAS DEMARCAR EM ÁREA CONTÍNUA, REIVINDICAR A REVOGAÇÃO DO DECRETO Nº 35.859 de 22 de Março de 1988 criando a Gleba militar nas áreas ocupadas pelos índios do Baixo Rio Negro.**

continuação...

RESSOLUÇÃO - Nós líderes das comunidades indígenas de: Fonte Boa, Tancredo Neves, Mercês, São Jorge, Tumbira, Jupati, São Pedro, Caiari, Tapuruçara, Miria Arurá, Taperera, Bacabal, Vila Nova, E Aruti. Reunidos na 2ª Assembleia Geral da Associação das Comunidades Indígenas do Baixo Rio Negro-ACIBRN, na comunidade de Fonte Boa para discutir a Demarcação das Terras Indígenas do Baixo Rio Negro considerando as providências tomadas pela procuradoria Geral da República enviando o Antropólogo Dr. Marcio Leira da Associação Brasileira de Antropologia e ASA, para realizar um levantamento antropológico na região do Baixo Rio Negro, para fins de Demarcação de Área Indígena continua responsável por em assinar no presente:

*Alberto F. ...*  
Alberto F. ...  
Presidente da ACIBRN

*Eliario ...*  
Eliario ...  
Vice-presidente da ACIBRN

*... Secretário da ACIBRN*  
...  
Secretário da ACIBRN

São Gabriel da Cachoeira, 13 de março de 1990

OF Nº 001/90 ACIBRN

DA: ASSOCIAÇÃO DAS COMUNIDADES INDÍGENAS DO BAIXO RIO NEGRO

À : PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA

Assunto: COMUNICAÇÃO E SOLICITAÇÃO (PAZ)

Ilmo. Sr.,

Vimos por meio deste, comunicar a V. Sa., que nós líderes representantes das comunidades Tancredo Neves, Mercês, Forte Boa, Jupati, S. Pedro, Cayuri, Tapuracuará-Mirim, Cajú-Ponta Vista Nova, Livramento, Aruti, São Jorge, Tumbira, Arurá, Bacabal e Maniari, então participantes da Assembléia Geral Extraordinária da FOIEN (Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro) e COLIAB (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira) dos quais tantos outros líderes presentes, onde foram discutidos a questão problemática da demarcação da terra.

Tendo em vista ao parágrafo anterior, vimos solicitar desta Procuradoria o levantamento antropológico da Região do Baixo Rio Negro para fins de delimitação e homologação das nossas terras, evidentemente ocupadas por nós há muito tempo e que a FUNAI ainda não teve o interesse de realizar esse levantamento. Só com a demarcação de nossas terras poderemos garantir a nossa sobrevivência física e cultural.

Somente para o momento, confiando no vosso trabalho ex procl do nosso povo, aproveitamos para reiterar os nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Braz de Oliveira França  
BRAZ DE OLIVEIRA FRANÇA  
Coordenador ACIBRN

Alberto Padilha Garcia  
ALBERTO PADILHA GARCIA  
VICE-COORDENADOR ACIBRN

Gregório Correia Maia  
GREGÓRIO CORREIA MAIA  
1º SECRETÁRIO ACIBRN

Libório Sobré Diniz  
LIBÓRIO SOBRE DINIZ  
2º SECRETÁRIO ACIBRN

(CONTINUAÇÃO DO CF Nº 001/90-ACIBRN)

Herminio Pires  
HERMINIO PIRES  
1º TESCUREIRO ACIBRN

Claudio Melgueiro  
CLAUDIO MELGUEIRO  
1º ANIMADOR ACIBRN

Julio Escobar  
JULIO ESCOBAR  
CAPITÃO DE MERCÊS

Adelson Monteiro Paqueta  
ADELSON MONTEIRO PAQUETA  
Catequista COM. S. PEDRO

Assunção Xavier V.  
ASSUNÇÃO XAVIER VEIGA  
CAPITÃO COM. JUPATI

Sacinto Lopes  
SACINTO LOPES  
CAPITÃO COM. S. JORGE

Casimiro Fonseca  
CASIMIRO FONSECA  
2º TESCUREIRO ACIBRN

Levino da Silva  
LEVINO DA SILVA  
2º ANIMADOR ACIBRN

Napoleão Padilha  
NAPOLEÃO PADILHA  
CAPITÃO DE PONTE BOA

Mário Corneia Maia  
MÁRIO CORNEIA MAIA  
Catequista COM. SAYURI

Salvador Xavier Veiga  
SALVADOR XAVIER VEIGA  
Catequista COM. JUPATI

José Lopes  
JOSÉ LOPES  
Catequista COM. S. JORGE

São Gabriel da Cachoeira 24 de Outubro de 1990

Ofício Nº 002/90

DA= FEDERAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DO RIO NEGRO  
=FOIRN=  
PARA= PROCURADORIA GERAL DA REPUBLICA.

Exmo- Ilmo. Sr.

Anexo estamos enviando os documentos reivindicatório da Associação das Comunidades Indígenas do Baixo Rio Negro=ACIBRN-, elaborado durante a 2ª Assembleia-Geral, da ACIBRN, que teve a participação dos Líderes das Comunidades de=TOPAIOS, TANCREDO NEVES, MÉRDES, ENRI: CURIARY, SÃO JORGE, TUMBIRA, JUPATY, SÃO PEDRO, CAJURY, TAPURUMU=AMIRI: TAPERERA, WARURÁ, BACABAL, VILA-NOVA, LIRAMENTO, e ARUTÍ, além dos representantes da ACITRUP., UNIDI, e FOIRN.

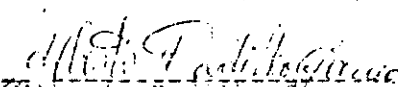
Participaram deste encontro como Assessor o Dr. FELISBERTO DAMASCENO, e como convidado o Antropólogo MARCIO NEIRA, da APA, Militares do 3º BEP., Alba Figueirôa, da EMATER-AM e autoridades locais.

Depois de varios debates e reflexões expediram o documento a parte, para ser encaminhado ao Ministerio Público através da Procuradoria Geral da República.

Na certeza que estamos certos do encaminhamento elevamos a vossa alta estima e consideração.

Anteciosamente.

  
Braz de OLIVEIRA França  
Presidente =FOIRN=

  
Alberto Paulino Garcia  
Presidente = ACIBRN =

Secretário= FOIRN=

Comunidade de Curicuriary 19 de Outubro de 1990

C A R T A      C O N V I T E

Exmo Sr. MARCIO MEIRA

A Associação das Comunidades Indigenas do Baixo Rio Negro-  
ACIBRN-, toma a liberdade e a honra de convidar V.Sa. para  
participar como ASSESSOR, de acordo com a indicação da  
Associação Brasileira de Antropólogos- ABA- da nossa Assembleia  
Geral, a se realizar nos dias 21 e 22 de Outubro de 1990, na  
Aldeia Indigena de Curicuriary-Rio Negro, no Municipio de São  
Gabriel da Cachoeira-Am.

Na certeza de merecer sua preciosa presença e colaboração apre-  
sentamos a V.Sa. os protestos de nossa estima e distinta consi-  
deração.

Anteciosamente.

*Liborio Diniz*  
-----  
Liborio Diniz-Secceziario-ACIBRN-

RESOLUÇÕES DA IIª ASSEMBLEIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO DAS  
COMUNIDADES INDÍGENAS DO BAIXO RIO NEGRO - A C I B R N

Nós líderes das comunidades indígenas, Fonte Boa, Tancredo Neves, Mercês, São Jorge, Tumbira, Jupati, São Pedro, Cajuri, Tapuruuara-Mirim, Warurá, Bacabal, Vila Nova e Aruti, reunidos na 2ª Assembléia Geral da Associação das Comunidades Indígenas do Baixo Rio Negro, nos dias 21 e 22 de outubro do corrente ano na comunidade Indígena de Fonte Boa, para discutir a Demarcação das Terras Indígenas do Baixo Rio Negro, considerando as providencias tomadas pela Procuradoria Geral da República enviando o antropólogo Márcio Meira, da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) para realizar levantamento antropológico na região do Baixo Rio Negro, para fins de Demarcação de área indígena contínua; resolvemos o seguinte:

- 1 - Reafirmar a reivindicação de demarcação de área indígena contínua para os povos indígenas habitantes da região do Baixo Rio Negro.
- 2 - Reivindicar a revogação do Decreto nº 95.859 de 22 de março de 1988, criando Gleba Militar nas áreas ocupadas pelas comunidades indígenas do Baixo Rio Negro;
- 3 - Apoiar a ACIBRN a continuar se articulando com as demais organizações indígenas do Rio Negro: ACITRUT, UNIDI, UCIDI e FOIRN e a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB
- 4 - Solicitar às entidades que nos apoiam que continuem assessorando nossos líderes e organizações indígenas.

Cap. da Comunidade de Tancredo Neves: Gasparino Ferreira

Cap. da Comunidade de Mercês: Francisco de Almeida

Cap. da Comunidade de São Jorge: Levi Lopes

Cap. da Comunidade de Fonte Boa: Vigilante Garcia

Cap. da Comunidade de Tumbira: José Wanderson

Cap. da Comunidade de Jupati: Arnoncio Veiga

Cap. da Comunidade de São Pedro: Aracilino Fernandes Galbete

Cap. da Comunidade de Cajuri: Francisco César Maia

Cap. da Comunidade de Tapuruuara-mirim: Edson de Souza

Cap. da Comunidade de Warurá: Alfonso Pimenta

Cap. da Comunidade de Bacabal: Felício Francisco

Cap. da Comunidade de Vila Nova: Antônio Augusto



